

FIM DA FILA DO MÉDICO

CORREIO BRAZILIENSE

Saúde Pública

Paulo de Araújo

Diminuir as filas nos prontos-socorros, agilizar o atendimento médico e corrigir distorções no atual modelo da rede de saúde pública.

Com esses objetivos básicos, entra em vigor, a partir de 1º de julho, um conjunto de medidas denominado *Reformulação do Modelo de Atenção à Saúde (Rema)*, que será implantado pela Secretaria de Saúde Pública.

Com a implementação do Rema, muitos dos atendimentos realizados hoje nas emergências dos hospitais públicos poderão ser feitos pelos Centros de Saúde. E, dependendo do estado de saúde, o paciente nem precisará passar por um médico, sendo atendido por um enfermeiro.

Para isso, a Secretaria de Saúde vai instalar "salas de atendimento", onde o doente será recebido por um profissional treinado para atendê-lo. Os enfermeiros vão ouvir o paciente e, baseados em uma rotina de consulta fornecida pela Secretaria, darão o encaminhamento para o tratamento do problema do usuário, que pode ser desde um simples remédio para dor de cabeça até uma consulta pelo médico.

ROTINA DE PROCEDIMENTOS

A Secretaria de Saúde elaborou uma rotina de consulta, que será seguida pelos enfermeiros, em que constam procedimentos para cuidar ou encaminhar desde uma diarreia até algumas lesões de pele. "Se, por exemplo, uma criança com fimo se chegar à sala de atendimento sem apresentar infecção e o canal urinário não estiver fechado, nem precisará ser encaminhado para o cirurgião pediátrico. O enfermeiro saberá que ela não poderá ser operada antes dos cinco anos", explicou Antônio Alves, secretário-adjunto de Saúde.

De acordo com ele, 70% dos casos atendidos hoje nos prontos-socorros poderiam ser realizados pelos Centros de Saúde. "Ao mudar o processo de trabalho, vamos garantir que as pessoas tenham um acolhimento e um encaminhamento de solução para o seu problema, que pode ser imediato ou até de intervenção médica", explicou Alves.

EMERGÊNCIAS E INTERNAÇÃO

Os hospitais continuarão com o mesmo papel, mas com os prontos-

socorros atendendo somente as emergências e com os setores de internação, quando necessários.

Na opinião da diretora administrativa do Sindicato dos Médicos, Glayne Souza, a reformulação não é tão simples quanto parece. "Não somos contra o Rema, pois temos consciência de que é preciso mudar o atual sistema. O que nos preocupa é que não temos recursos humanos suficientes para atender a filosofia da proposta", argumentou.

Depois de ouvir a categoria por intermédio de palestras, o Sindicato dos Médicos sugeriu que a Secretaria de Saúde faça primeiro um projeto-piloto para avaliar os resultados e depois execute a proposta gradativamente. Ao contrário do que afirma a Secretaria de Saúde, os médicos reclamam a falta de treinamento para os profissionais de saúde.

HORAS EXTRAS

"Essas questões são unânimes entre a categoria, que também quer saber como será a cobertura das escalas de plantão agora que a Secretaria de Saúde proibiu as horas extras", reforçou Glayne.

Alves afirma que, durante os meses de maio e junho, foram realizados cursos de treinamento para a maioria dos 18.700 servidores da rede hospitalar.

Ele também acrescenta que os profissionais já recebem formação nas próprias escolas em que estudam. Além disso, a Secretaria de Saúde vai oferecer treinamento periódico, cursos de aperfeiçoamento e bolsas de estudo para os profissionais.

"A população será o próprio fiscal. É ela quem vai falar sobre a qualidade do atendimento. Não vamos cobrar produção, mas qua-

lidade", lembrou o secretário-adjunto, que também já incluiu dentro da proposta do Rema um Plano de Cargos e Salários para os servidores.

REMOÇÃO DE PROFISSIONAIS

O secretário-adjunto acredita que possam haver algumas mudanças no horário de trabalho e remoção de profissionais dentro das próprias regionais para fortalecer as unidades mais carentes, sobretudo em assentamentos, como Santa Maria, Samambaia, São Sebastião e Recanto das Emas.

As novas medidas também preocupam as administrações dos Centros de Saúde.

É o caso do Centro de Saúde 9, de Samambaia. O administrador, médico Francisco Pereira de Albuquerque, considera o quadro de profissionais, formado por 15 auxiliares

de enfermagem, dez médicos, dois dentistas, três enfermeiras e dois dentistas, insuficiente para atender a demanda regional.

OPINIÃO CONTRÁRIA

Com a experiência de quem ocupou o cargo de secretário da Saúde de 1979 a 1983 e de 1991 a 1992, o deputado federal e médico Jofran Frejat (PP-DF), também condena o Rema.

Ele compara o modelo ao antigo Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samdu), implantado em todo o Brasil antes da fundação de Brasília em 1960.

No Samdu, o paciente também recebia um pronto-atendimento. "O Rema é um equívoco e não tem resolutividade porque é uma espécie de despacha-doente. Se o doente não for atendido corretamente na hora, ele acaba voltando para o hos-

pital com problemas mais graves que podem levá-lo até a morte. O Samdu aumentou os índices de mortalidade", recorda o deputado.

O Serviço de Orientação ao Usuário (SOU) e o Atendimento Médico Especializado Itinerante (-Amei) serão um dos primeiros instrumentos a serem implantados dentro do Rema.

O SOU vai agilizar o atendimento e ajudar a diminuir o estresse entre funcionários e pacientes.

Já o Amei vai levar a especialidade médica até o paciente nos casos em que o doente pode esperar um pouco mais pela consulta. O usuário não vai precisar se deslocar até a unidade para ser atendido, por exemplo, por um oftalmologista.

O Centro de Saúde vai marcar as consultas e fixar com um especialista um dia para que os pacientes possam ser atendidos na unidade.



O administrador Francisco Pereira Albuquerque visitou o posto de saúde nº 09 de Samabaia, que está sendo preparado para colocar em prática o sistema que promete acabar com as filas